

# Para BC, a prorrogação já foi aceita

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

Uma credenciada fonte do Banco Central confirmou ontem que o comitê assessor (composto de 14 bancos) da dívida externa brasileira já teria prorrogado por mais 90 dias — até 17 de junho — as linhas de financiamento a curto prazo e os empréstimos interbancários, no valor de US\$ 16 bilhões. Con-

forme se conseguiu apurar ontem, no BC, o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, depois de analisar as informações encaminhadas a ele pelo governo brasileiro, a respeito do pacote econômico votado pelo Congresso Nacional, no início de dezembro, teria prometido enviar aos mais de 700 bancos credores do Brasil o seu parecer favorável, que significa um voto de crédito à política econômica do novo governo, que procura, através dos números demonstrados ao FMI, reduzir o déficit público e

manter uma política de exportações compatível com o pagamento da dívida externa de US\$ 99,6 bilhões. O "sinal verde" da cúpula do Fundo Monetário Internacional é considerado uma peça fundamental na renegociação da dívida brasileira com os bancos comerciais estrangeiros, na forma pretendida pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, que é de jogar para o futuro (ainda não definido) a dívida a vencer em 1986 e aquela já vencida em 1985, que somam US\$ 16 bilhões. A

prorrogação das linhas de curto prazo, que vencem no próximo dia 17 (sexta-feira), pelo menos por três meses, é fundamental para o País ganhar tempo e renegociar, nesse período, o principal de sua dívida, agora que o governo de José Sarney rejeita um acordo com o Fundo.

## DESCONFIANÇA

Se o Brasil está obtendo a compreensão do FMI para a política de

pagar a dívida externa e em paralelo a vencimento de vezes anteriores em que a autoridade monetária atende aos brasileiros com sorrisos e propunha ajudar. Comenta-se que existem pelo menos duas razões que afetaram o antigo bom humor de Volcker: a atitude do governo brasileiro de sustentar que o endividamento do Terceiro Mundo é uma questão mais política do que financeira (os bancos mais comprometidos com isso são exatamente os norte-americanos) e a iniciativa do Brasil de participar de conferências de devedores da América Latina.